



EXPRESSO	1979	AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

# O isolamento crescente de Maria de Lurdes Pintasilgo

## 1 — A usura do poder e o isolamento

AINDA não há três semanas, durante o debate do "Programa do Governo", Maria de Lurdes Pintasilgo era uma mulher que irradiava optimismo e fé no futuro. Acreditava piamente que iria fazer um Governo renovador de muitas estruturas económicas e sociais, introdutor de uma nova mentalidade na máquina do Estado, projectando os seus objectivos para além do próprio prazo de vida que lhe fora assinalado.

Maria de Lurdes Pintasilgo estava então plenamente convencida de que, com o apoio integral do Presidente da República, com a passagem na Assembleia da República, com uma equipa trabalhando solidariamente e com um certo contacto directo com o povo, lasso de promessas não cumpridas, conseguiria imprimir à governação um estilo novo e um ritmo diferente.

Passaram três semanas. Maria de Lurdes Pintasilgo é hoje já, no parecer insuspeito de todos quanto se têm encontrado detidamente com ela (e o analista não se conta neles), uma sombra daquela mulher optimista, arbatada, convencida de que iria governar com mobilização geral o País, que foi empossada no dia 1 de Agosto de 1979.

Três semanas bastaram para transformar Maria de Lurdes Pintasilgo numa política crescentemente isolada, relativamente à qual se iniciou já a contagem decrescente que aponta para o termo da sua bem intencionada mas frustrante experiência governativa.

Durante estas três semanas, Maria de Lurdes Pintasilgo mergulhou nos "dossiers" e compreendeu como se encontrava bloqueada grande parte da margem de actuação que, com toda a sua ingenuidade administrativa, esperava ainda existir.

Deparou com uma Administração Pública que não funciona, com um sector público empresarial que é um verdadeiro caos no tocante à coordenação e à subordinação a grandes objectivos políticos definidos e controlados pelo Governo, com um Fundo de Abastecimento que ameaçava apresentar 10 ou mais milhões de contos de "deficit", com 15

milhões de contos da diminuição das receitas fiscais por força das vicissitudes da votação do Orçamento. E estes exemplos poderiam multiplicar-se à saciedade.

Não há utopia que aguente este choque com a realidade. Não há idealista que resista ao confronto inadiável com medidas impopulares, com uma situação pantanosa, com a inviabilidade de avançar passos minimamente estudados no domínio das medidas estruturais.

Não há boa vontade que supere deficiências que os anos foram acumulando, num Estado que entrou em crise burocrática há cerca de vinte anos e que experimentou uma Revolução que até hoje foi incapaz de conceber e de executar a criação de uma nova Administração Pública.

Mas, o isolamento de Maria de Lurdes Pintasilgo não resultou apenas das condições objectivas com que deparou numa máquina do Estado profundamente em crise.

A própria natureza do Governo a que preside e a ambiguidade e o significado político da sua passagem pela Assembleia da República acabam por diminuir espaço de manobra.

Por um lado, trata-se de um Governo sem apoio explícito e duradouro de qualquer força partidária ou parceiro social. Trata-se de um Governo que vai buscar o essencial da sua pujança política à confiança do Presidente da República.

Por isso, tal como o Governo anterior, basta que se introduzam alguns órgãos de areia na lógica da confiança política existente entre o Presidente da República e o Governo para que este apareça mais enfraquecido ainda perante a sociedade portuguesa.

Por outro lado, a forma como decorreu a passagem do Programa do Governo na Assembleia da República suscitou em alguns observadores expectativas relativamente a uma certa compreensão e até mesmo a um relativo apoio discreto que determinados partidos poderiam dar pontualmente ao Executivo de Maria de Lurdes Pintasilgo.

Simplesmente, não é fácil ao PCP (tal como de resto o não é à CGTP-Inter) exteriorizar excessivamente uma complacência sem limites perante

este Governo. Sobretudo quando ele começa a ter de tomar medidas de extrema impopularidade social. E para o próprio Governo a simpatia com que o PCP desde o início o acolheu constituía um compromisso para vários efeitos bastante negativo.

Quanto ao PS, tudo indica que, embora por enquanto apenas nos bastidores, os socialistas começaram já uma progressiva demarcação do Governo Pintasilgo. O que não admira ninguém, se se atender a três razões fundamentais:

a) Este Governo nasce num contexto que resulta de decisões do Presidente da República que o PS desde sempre atacou (v.g. quanto à dissolução parlamentar); e provavelmente os socialistas poderão ter de fazer uso deste argumento no futuro próximo, quer durante a campanha eleitoral para a Assembleia da República, quer durante o ano político de 1980;

b) O Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo vai ter de assumir medidas impopulares, que o PS não poderá avalizar sem limites sob pena de dar trunfos eleitorais aos seus concorrentes; e provavelmente os socialistas poderão ter de acenar com esta demarcação insistente no último trimestre de 1979;

c) O V Governo Constitucional evitará certamente ceder em excesso às condições de bastidores que o PS muito provavelmente lhe colocará, em particular no domínio da Comunicação Social estatizada; e provavelmente os socialistas não esquecerão o facto de não terem recebido do Governo Pintasilgo aquilo que esperavam ou desejavam que ele desse.

Numa palavra, Maria de Lurdes Pintasilgo vai-se convencendo aos poucos de que os seus potenciais apoiantes avulsos de ontem tenderão cada vez mais a pensar nas suas próprias conveniências estratégicas e a não ligar demasiado a um Executivo que pode morrer daqui por três ou quatro meses.

Neste contexto, compreende-se por que é que o Primeiro-Ministro português pode



## ANÁLISE POLÍTICA

por Marcelo Rebelo de Sousa

ser considerado cada vez mais isolado.

Neste contexto se compreende como é que ele não pode deixar de sentir uma progressiva usura do poder.

Resta dizer que Maria de Lurdes Pintasilgo contribuiu também para o seu isolamento, por exemplo, privilegiando sistematicamente os contactos com a Informação estrangeira aos contactos com a Informação portuguesa. Isto para já não falar no facto de ter vindo a desperdiçar uma capacidade natural de que dispunha para um certo populismo espontâneo.

Encerrada em S. Bento, vai-se afastando ainda mais do País que governa, vai ficando condicionada, quando não mesmo traumatizada, pelo peso esmagador de "dossiers" de uma situação que nunca pensou ser tão grave como de facto é.

## 2 — A distância de Belém

Mas, o isolamento de que Maria de Lurdes Pintasilgo se chegou a queixar nas próprias audiências com algumas das forças políticas que recebeu em S. Bento tem uma outra vertente que merece ser referida.

Sendo um Governo de iniciativa e de base presidencial, o V Governo Constitucional deve muito da sua força política ao apoio que for suscitando por parte de Belém.

Em teoria, como um dia justificou o Presidente Eanes,

enquanto o Primeiro-Ministro não for exonerado, ele merece toda a confiança política do Presidente da República.

Isto mesmo disse o Presidente da República em vésperas da crise do IV Governo Constitucional.

Não sabemos bem se o prof. Mota Pinto está assim tão convencido da plenitude do apoio político recebido do Presidente da República desde o momento em que foi nomeado até ao dia em que foi exonerado. Aliás, mesmo que o não esteja, evitará talvez dizê-lo publicamente enquanto o general Ramalho Eanes for o que é politicamente em Portugal.

Mas, para um analista frio é patente que a confiança política de um Presidente da República não se reduz à fórmula jurídica simplista de não querer exonerar o Primeiro-Ministro em funções. A confiança política ou se sente ou não se sente. A exoneração depende de milhentos factores políticos, em que pesam, por vezes, decisivamente razões de oportunidade ou de conveniência.

Ou seja, a confiança política pode começar a esmorecer muito antes de se efectuar a exoneração do Primeiro-Ministro.

Dito isto, poderia acrescentar-se que, segundo observadores muito bem informados, em Belém começa a tornar-se frequente o comentário de que a escolha de Maria de Lurdes Pintasilgo foi um erro, de que as expectativas colocadas na sua nomeação têm vindo a ser desfeitas, de que este Governo não corresponde bem àquilo que fora idealizado para as presentes circunstâncias.

Claro que nunca o Presidente da República poderá dizer isto publicamente, ou admitir que tenha sido dito em privado.

Claro que há sempre conselheiros mais preocupados do que o próprio aconselhado.

Claro que ninguém esperará que, por um destes dias, um dos vários interlocutores que asseguram ter ouvido o que fica escrito no Palácio de Belém, venha confirmar publicamente.

Nem o gestor competente,

agora afastado da política, nem o embaixador prestigiado, nem o editorialista religioso (só para pensar em três exemplos) admitirão publicamente, com facilidade, que em Belém a escolha de Maria de Lurdes Pintasilgo já não é considerada uma descoberta providencial.

Numa palavra, sem que isto constitua excessiva novidade para ninguém, à medida que o tempo for correndo, é natural que o general Ramalho Eanes vá começando a pensar menos no V Governo e no seu Primeiro-Ministro e mais naquilo que se lhe seguirá.

1980 está quase à porta e há desafios difíceis que vão exigir de Belém respostas rápidas e conclusivas, e sobretudo o refazer de uma imagem política que tem vindo a degradar-se aceleradamente nos últimos tempos, tanto à esquerda como à direita.

Por tudo isto, é compreensível que muitos observadores considerem que começou já a contagem decrescente para Maria de Lurdes Pintasilgo.

Mas, mesmo que assim não seja, três semanas depois de passada na Assembleia da República, ela é uma das figuras políticas portuguesas mais isoladas do nosso País. Iriamos quase a dizer a mais isolada. Não o dizemos, porém. Talvez a mais isolada seja ainda o próprio Presidente da República, general Ramalho Eanes. Maria de Lurdes Pintasilgo conta designadamente com a solidariedade desinteressada de muitos amigos e companheiros de percurso na sua militância cristã.

Além de que há uma diferença entre os dois isolamentos.

Maria de Lurdes Pintasilgo está isolada menos porque o queira do que por força das condições objectivas que rodeiam a sua passagem pelo poder.

O general Ramalho Eanes está isolado menos por causa do cargo que exerce do que por força de palavras, gestos, actos ou omissões, que têm vindo a engrossar o rol daqueles que, mesmo quando ainda mantêm uma efectiva amizade ou consideração pessoal, já deixaram de acreditar politicamente nele.